

EPTC - EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A
CNPJ - 02.510.700/0001-51
NIRE - 43300036707

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, relativas ao Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018, que serão apresentadas à Assembléia Geral. Externamos os melhores agradecimentos aos fornecedores em geral, às instituições financeiras, à equipe de funcionários e ao Conselho Fiscal, pela colaboração e apoio que todos dedicaram à empresa.

Porto Alegre, 31 de março de 2019.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017					
(Em R\$ Mil)						(Em R\$ Mil)					
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017			2018	2017		
ATIVO CIRCULANTE	19.628	15.406	PASSIVO CIRCULANTE	53.576	44.437	RECEITA BRUTA		91.376	64.749		
Disponível	186	680	Fornecedores	20.105	19.704	Prestação de Serviços		91.376	64.749		
Caixa e bancos	130	602	Impostos, taxas e contribuições diversas	16.581	13.066	DEDUÇÕES		(3.390)	(4.667)		
Aplicações financeiras	56	78	Provisão para férias e encargos	10.059	8.438	Impostos e Contribuições		(3.375)	(4.658)		
Créditos	18.836	13.970	Outras obrigações	6.831	3.229	Devoluções		(15)	(9)		
Adiantamentos concedidos	1.004	941				RECEITA LÍQUIDA		87.986	60.082		
Impostos a compensar	14.205	10.744				CUSTO DOS SERVIÇOS LUCRO BRUTO		(99.066)	(100.129)		
Outras contas a receber	3.627	2.285						(11.080)	(40.047)		
Estoques	606	756				DESPESAS OPERACIONAIS		(29.768)	(27.228)		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.866	2.331	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	Despesas Gerais e Administrativas		(30.668)	(33.775)		
Imobilizado	1.866	2.331	Exigível a Longo Prazo	-	-	Despesas Financeiras		(549)	(698)		
Benfeitorias em prédios de terceiros	488	488				Receitas Financeiras		600	617		
Móveis e utensílios	2.411	2.330				Outras Receitas/Despesas Operacionais		849	6.628		
Instalações	549	549				RESULTADO OPERACIONAL		(40.848)	(67.275)		
Máquinas e equipamentos	3.348	3.340				PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(40.848)	(67.275)		
Equipamentos de processamento de dados	5.848	5.744	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(32.082)	(26.700)	Prejuízo por Ação - R\$ 1,00		(0,59)	(1,03)		
Veículos	7.254	7.254	Capital Social	682.267	646.767						
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(18.032)	(17.374)	Prejuízos Acumulados	(714.349)	(673.467)						
TOTAL DO ATIVO	21.494	17.737	TOTAL DO PASSIVO	21.494	17.737						

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017					
(Em R\$ Mil)						(Em R\$ Mil)					
Capital Social			Prejuízos Acumulados			Método Indireto			Método Indireto		
Capital Social	Adiantamento p/ Aumento	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Posição final	2018			2017			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	598.506	(9.951)	(604.047)	(15.492)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(40.848)	(67.275)			
Aumento do Capital Social	56.000	-	2.212	58.212	Prejuízo do exercício		658	768			
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(2.145)	Depreciações e amortizações		(4.866)	(904)			
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(67.275)	Créditos		150	44			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	654.506	(7.739)	(673.467)	(26.700)	Estoques		401	6.480			
Aumento do Capital Social	40.000	-	(4.500)	35.500	Fornecedores		8.738	4.785			
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(34)	Outros credores de curto prazo		-	-			
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(40.848)	Credores de longo prazo		-	-			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	694.506	(12.239)	(714.349)	(32.082)	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(35.767)	(56.102)			

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2018:

Nota 1: CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre/RS, que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, configurando-se como órgão de administração indireta do Governo Municipal, com autonomia administrativa e financeira. Foi criada pela Lei Municipal 8.133 de 1998, com personalidade jurídica de direito privado. Caracterizada como empresa prestadora de serviço público, a EPTC possui como missão gerir a mobilidade urbana com qualidade, segurança e eficiência e sua visão é consolidar a cidade de Porto Alegre como referência em mobilidade urbana. O principal serviço prestado pela EPTC ao município de Porto Alegre é a gestão da mobilidade urbana, visando proporcionar amplo e democrático acesso aos espaços urbanos da cidade, baseando-se em três pilares: fiscalização, engenharia e educação. A Empresa tem por objeto a operação, controle e fiscalização do sistema de Transporte Público e de Trânsito e Circulação, em especial, a fiscalização do trânsito, a gestão da Câmara de Compensação Tarifária - CCT do serviço de transporte coletivo, e a administração de espaços para estacionamentos rotativos. Em um sentido abrangente, todo o cidadão-usuário da mobilidade urbana de Porto Alegre é cliente dos serviços prestados pela EPTC. Esse mercado é segmentado por modais, dividido em público e privado, motorizado e não motorizado, resultando nos diversos modos de transporte e circulação.

Nota 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09), e aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, cuja qual é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa.

Nota 3: RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir: a) ATIVO CIRCULANTE: Os ativos realizáveis até o exercício seguinte são demonstrados como circulantes, pelos seus valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros. • Caixa e equivalentes de caixa: representam valores em caixa, e valores em contas correntes bancárias. • Créditos: São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável. São registrados como crédito os valores pagos através de depósito judicial, correspondentes à apuração do PIS/COFINS. A Empresa recolheu, no exercício de 2018, PIS/COFINS pelo regime cumulativo, e o mesmo está sendo realizado através de depósito judicial devido à concessão de liminar no processo 5092478-42.2014.4.04.7100, em que a Empresa pede o reconhecimento de que não realiza o fato gerador dos tributos. • Estoques: Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, compreendendo uniformes, material de sinalização viária, peças de reposição e material de expediente, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio de aquisição. • Demais Ativos Circulantes: Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo. b) ATIVO NÃO-CIRCULANTE: • Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, às taxas descritas no quadro a seguir, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2018:

c) PASSIVO CIRCULANTE: São demonstradas as obrigações assumidas, acrescidas, quando aplicável, de atualização monetária, cabendo ressaltar as seguintes obrigações relevantes: • Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. As compras foram realizadas dentro do processo de compras, respeitando a legislação vigente de Licitações (Lei 8.666/93) • Obrigações Fiscais: referem-se às obrigações tributárias, compreendidos os impostos e contribuições retidos de fornecedores (em virtude da substituição tributária), IRRF retido dos empregados, e contribuições deduzidas da receita bruta, bem como dos encargos trabalhistas (FGTS e INSS). • Provisões Trabalhistas: as provisões para férias e 13º salário são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

d) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS, CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Diretoria e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Contábeis apresentadas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da empresa, no referido exercício.

Porto Alegre, 30 de abril de 2019.

Juliana Garcia de Castro Leonardo Maranhão Busatto
Conselheira Conselheiro

Cibele Oltramari
Conselheira Suplente

e) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: • Capital Social: O Capital Social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 69.450.691 (sessenta e nove milhões quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, cujo montante pertence majoritariamente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, minoritariamente, ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana. • Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/76, Art. 186, Parágrafo 1º.

f) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO: • Apuração do Resultado: O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da fiscalização de trânsito reconhecidas pelo pagamento da infração e repasse pelo Detran/RS à Prefeitura Municipal de Porto Alegre; • Custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos ligados à atividade fim da Empresa, despesas de manutenção, depreciação e amortização e serviços de terceiros ligados também à atividade finalística da Empresa. • Despesas Gerais e Administrativas: demonstram as despesas com folha de pagamento, encargos sociais e benefícios de toda a atividade meio, bem como, o gasto com materiais, serviços e demais despesas. • Receita de Serviços: É composta pelos ingressos oriundos das penalidades aplicadas às infrações de trânsito, do gerenciamento da Câmara de Compensação Tarifária – Transporte Público, dos Estacionamentos fixos e eventuais, e das vistorias. • Outras Receitas e Despesas: Registrou, em 2018, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais, e outras receitas não operacionais, tais como doações recebidas.

g) Nota: todos os valores apresentados no Relatório da Administração foram calculados e formatados utilizando a função de arredondamento do programa Microsoft Excel.

Fabio Berwanger Juliano
Diretor Presidente
CPF: 707.279.880-34

Marcelo Hansen
Diretor de Transportes
CPF: 000.414.920-30

Milene Fontanella Hartmann
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 973.981.360-72

Renate Fank Spohr
Contadora - CRC/RS 064730
CPF: 588.750.930-91

